



A FEMINILIDADE DOCENTE: bastidores (in)visibilizados

Ana C. M. SILVA¹; Luiz F. C. BERNARDES²; Maria C. L. FERREIRA³; Stefany S. PRADO⁴; Taynara S. A. MOREIRA⁵; Thauany D. CAIXETA⁶; Reginaldo A. SILVA⁷

RESUMO

O artigo discute a feminilidade no magistério como uma construção social marcada por estereótipos de gênero, raça e classe, que impõem às professoras exigências afetivas e simbólicas naturalizadas. A partir de revisão bibliográfica, evidencia-se que atitudes como paciência e empatia são exigidas sem o devido reconhecimento institucional. Mulheres negras, em especial, enfrentam dupla opressão: o racismo estrutural e a normatização da feminilidade. A performance docente é usada como ferramenta de controle, invisibilizando o sofrimento e reforçando desigualdades. O estudo propõe romper com essas imposições e valorizar a complexidade do trabalho feminino na educação, em busca de uma escola mais equitativa.

Palavras-chave: Sobrecarga de trabalho; Interseccionalidade; Gênero; Educação; Invisibilidade estrutural.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a discussão sobre feminilidade⁸ e feminismo ainda é alvo de (in)compreensões, especialmente quando articulada às reivindicações de direitos e políticas públicas por minorias. A feminilidade, frequentemente associada à docilidade, subserviência e ao cuidado, opera como um dispositivo de controle e invisibilização das mulheres, particularmente em serviços essenciais nas escolas, como o magistério, a limpeza e a alimentação. Como pontua Perrot (2006, p. 190), “além desse trabalho, elas possuem serviços miúdos que sempre se esforça em fazer caber dentro dos interstícios de tempo que lhe deixa a família”, como faxinas, cuidados com crianças e costura, tarefas que demandam extrema engenhosidade. No espaço escolar, a figura da professora carrega um acúmulo simbólico que reforça estereótipos de gênero e naturaliza a sobrecarga

¹ Licencianda em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSULDEMINAS, Campus Machado. Email: ana90.silva@alunos.ifsuldeminas.edu.br e Licencianda em Pedagogia. Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado. Email: ana.silva0677@aluno.cesep.edu.br.

² Licenciando em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSULDEMINAS, Campus Machado. Email: luiz.felype@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

³ Licenciando em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSULDEMINAS, Campus Machado. E-mail: maria8.ferreira@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

⁴ Licencianda em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFSULDEMINAS, Campus Machado. E-mail: stefany.prado@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

⁵ Licencianda em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFSULDEMINAS, Campus Machado. E-mail: taynara.albano@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

⁶ Licencianda em Ciências Biológicas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSULDEMINAS, Campus Machado. E-mail: thauany.caixeta@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

⁷ Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais - Libras, IFSULDEMINAS – Campus Machado / Campus Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

⁸ Neste trabalho o termo “feminilidade” é definido com o conjunto de traços, comportamentos e características que são tradicionalmente considerados como femininos por uma sociedade ou cultura. Embora a temática possa linkar com o termo “feminismo”, definido como um movimento político e social que luta pela igualdade de direitos e oportunidades para mulheres, aqui, ater-se-á, às questões da visibilidade feminina em seus respectivos ofícios.

emocional (Del Priori, 2004), enquanto, segundo Viegas (2022), essas profissionais enfrentam tarefas pedagógicas, administrativas e afetivas que, embora fundamentais, não são institucionalmente valorizadas.

A feminilidade docente é uma performance institucionalizada, exigida em atitudes como empatia, paciência e acolhimento, quase sempre invisibilizadas pelas estruturas de poder escolar. Scott (2017) destaca que essa exigência não encontra retorno em valorização salarial ou simbólica (Werle, 2005). Tais práticas são cobradas de forma desigual, sendo as professoras negras ainda mais afetadas, pois, além de atenderem aos padrões de feminilidade impostos a todas, enfrentam o racismo estrutural. Carneiro (2003) aponta que, historicamente, essas mulheres foram relegadas a papéis de cuidado e subserviência. Louro (1997) acrescenta que o gênero é uma construção performada, e que os discursos pedagógicos reforçam imagens estereotipadas do feminino, associando o magistério à vocação e ao dom, o que limita as possibilidades de ação das docentes. O espaço escolar, nesse contexto, se torna palco de uma feminilidade exigida e não reconhecida, sustentando desigualdades de gênero, raça e classe.

Como enfatiza Elias (1994), os sujeitos não existem isoladamente, mas são moldados por redes sociais e estruturas de poder. A identidade da professora é, portanto, condicionada por normas institucionais que atribuem a ela comportamentos “adequados”, como equilíbrio, contenção emocional e estética aceitável (Louro, 1997). Butler (2018) reforça que o gênero é performativo e, no caso das professoras, essa performance está atravessada por dispositivos simbólicos de controle, que naturalizam sua dedicação, ocultando as violências do cotidiano. Por trás da idealização da professora resiliente e vocacionada, existe uma lógica institucional que se vale da feminilidade como força de trabalho silenciosa, mantendo a docência em condição de subvalorização. O debate sobre a feminilidade docente, portanto, revela a urgência de denunciar as estruturas que silenciam, sobrecarregam e fragilizam o trabalho das mulheres na escola.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo foi construído a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica com caráter crítico-reflexivo. O objetivo foi compreender as construções sociais em torno da feminilidade docente e suas implicações nas práticas educacionais. A escolha metodológica se justifica pela necessidade de analisar, por meio de autores consagrados, como os discursos sobre gênero, raça e classe moldam a experiência de professoras nas instituições escolares.

Autores como Scott (2017), Perrot (2006), Butler (2018), Louro (2008), Carneiro (2003), Macatrozzo e Francischetto (2022), embasam a compreensão da feminilidade não como uma essência natural, mas como uma performance construída historicamente, sustentada por relações de

poder. A pesquisa concentrou-se na análise crítica de textos teóricos, considerando especialmente os processos de invisibilização simbólica e sobrecarga emocional impostos às mulheres no cotidiano escolar.

A metodologia adotada privilegiou fontes acadêmicas que discutem gênero, interseccionalidade e feminismo, permitindo uma leitura ampliada das dinâmicas de opressão e resistência que atravessam a prática docente no contexto brasileiro.

3. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os dados e reflexões desenvolvidos ao longo deste estudo apontam que a feminilidade docente não apenas estrutura a vivência cotidiana das mulheres na escola, mas também sustenta dinâmicas de poder que silenciam suas dores e naturalizam a sobrecarga. A recorrência de discursos que associam o magistério ao cuidado, à empatia e à contenção emocional revela o quanto essas exigências ultrapassam o campo profissional e invadem o pessoal, exigindo das professoras uma postura constante de doação. Essa expectativa, como discutido por Louro (2008), Butler (2018) e Macatrozzo e Francischetto (2022), é socialmente construída, reforçada por normas institucionais e marcada por relações de gênero, raça e classe.

Fica evidente, portanto, que a atuação docente feminina, especialmente entre mulheres negras e de classes populares, é atravessada por múltiplas camadas de opressão. A ausência de reconhecimento simbólico e material não é casual, mas reflexo de estruturas que mantêm a escola em funcionamento por meio do trabalho emocional das mulheres. Esses resultados reiteram a hipótese de que a feminilidade atua como um dispositivo de controle e disciplina funcional ao sistema, mas desumanizante para quem o sustenta.

Discutir a feminilidade docente, assim, é lançar luz sobre um mecanismo de poder que organiza o trabalho escolar a partir de uma lógica desigual, que explora emocional e simbolicamente as mulheres, garantindo o funcionamento da instituição por meio da invisibilização e da desvalorização de suas trabalhadoras.

3. CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas neste artigo evidenciam que a feminilidade atribuída às professoras não é natural, mas socialmente construída e sustentada por exigências institucionais que reforçam desigualdades de gênero, raça e classe. O ideal de cuidado, dedicação e paciência, frequentemente romantizado, contribui para a naturalização da sobrecarga emocional e simbólica, ao mesmo tempo em que enfraquece o reconhecimento profissional dessas mulheres.

Ao abordar as diferentes formas de opressão que atravessam a docência feminina — sobretudo entre mulheres negras e periféricas, o estudo reafirma que essa feminilidade normatizada

serve à manutenção da ordem escolar, mas às custas do bem-estar de quem a sustenta. Discutir tais imposições é uma forma de romper com os silêncios institucionais e questionar as estruturas que organizam, de modo desigual, o cotidiano educacional.

Dessa forma, torna-se urgente valorizar efetivamente o exercício docente feminino, superando os discursos que o reduzem ao afeto ou à vocação. Reconhecer sua complexidade e importância é essencial para a construção de uma escola mais justa, inclusiva e comprometida com a equidade. Desconstruir a feminilidade imposta como norma é, portanto, um passo necessário para que a educação cumpra seu papel transformador.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero** [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/UTqnQ>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DEL PRIORI, M. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 56, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>. Acesso em: 28 maio de 2025.

MACATROZZO, A. M., FRANCISCHETTO, G. P. P. A invisibilização das mulheres e o direito à cidade. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, Guanambi, v. 8, n. 02, p. e357, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29293/rdfig.v8i02.357>. Acesso em: 15 maio 2025.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

VIEGAS, M. F. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e244193, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244193>. Acesso em: 08 maio 2025.

WERLE, F. O. C. Práticas de Gestão e Feminização do Magistério. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, 2005, p. 609-634. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300005>. Acesso em: 20 maio 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 21 jun. 2025.